**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

24º SIMULADO OAB 2014.2

01 DE AGOSTO DE 2014

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h e encerramento às 12h. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:30hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 01/ago e extinguir-se-á às 13hs do dia 04/ago. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 06/ago.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 06/ago.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 01/Ago | 9h - 12h | Simulado |
| 01/Ago | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 04/Ago | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 06/Ago | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 06/Ago | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Cristina, cidadã brasileira comprometida com a boa administração, descobre que determinada obra pública em sua cidade foi realizada em desacordo com as normas que regem as licitações públicas, com vistas a beneficiar um particular amigo do prefeito. De posse de cópias do processo administrativo que comprovam a situação, pretende ingressar com medida judicial para a proteção do patrimônio público. Para combater tal situação, Cristina deverá:**

(A) ingressar com ação civil pública, que é o meio apto a sanar a lesividade ao patrimônio público.

(B) propor ação penal privada subsidiária da pública para condenar o prefeito e o particular beneficiado e reparar os prejuízos causados aos cofres públicos.

(C) impetrar mandado de segurança coletivo para amparar direito liquido e certo seu e de todos os cidadãos aos princípios da legalidade e moralidade.

(D) ingressar com ação popular apta a proteger o patrimônio público indevidamente lesado.

**2. Sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), assinale a afirmativa correta.**

(A) As RPPN’s são unidades de conservação criadas em áreas de posse e domínios privados, gravadas com perpetuidade, e deverão ser averbadas, por intermédio de Termo de Compromisso, no Registro Público de Imóveis.

(B) As RPPN’s são unidades de conservação criadas em áreas de posse pública e domínio privado, e deverão ser averbadas, por intermédio de Termo de Compromisso, no Registro Público de Imóveis.

(C) As RPPN’s são unidades de conservação criadas em áreas de posse e domínios privados, deverão ser averbadas, por intermédio de Termo de Compromisso, no Registro Público de Imóveis. Porém não serão perpétuas, em razão do direito fundamental à propriedade privada.

(D) As RPPN’s são unidades de conservação criadas em áreas de posse pública e domínio privado. Em razão do princípio da defesa do meio ambiente são instituídas automaticamente, sem necessidade de avaliação do órgão ambiental, bastando o interesse do proprietário privado e a averbação, por intermédio de Termo de Compromisso, no Registro Público de Imóveis.

**3. A Lei Complementar n. 140 de 2011 fixou normas para a cooperação entre os entes da federação nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas ao meio ambiente. Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.**

(A) Compete à União aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em Áreas de Preservação Ambientais - APAs.

(B) Compete aos Estados e ao Distrito Federal controlar a introdução no País de espécies exóticas potencialmente invasoras que possam ameaçar os ecossistemas, habitats e espécies nativas.

(C) Compete aos municípios gerir o patrimônio genético e o acesso ao conhecimento tradicional associado, respeitadas as atribuições setoriais.

(D) Compete à União aprovar a liberação de exemplares de espécie exótica da fauna e da flora em ecossistemas naturais frágeis ou protegidos.

**4. A União, após regular licitação, realiza concessão de determinado serviço público a uma sociedade privada. Entretanto, para a efetiva prestação do serviço, é necessário realizar algumas desapropriações. A respeito desse caso concreto, assinale a afirmativa correta.**

(A) A sociedade concessionária poderá promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

(B) As desapropriações necessárias somente poderão ser realizadas pela União, já que a concessionária é pessoa jurídica de direito privado.

(C) O ingresso de autoridades administrativas nos bens desapropriados, declarada a utilidade pública, somente será lícito após a obtenção de autorização judicial.

(D) Os bens pertencentes ao(s) Município(s) inserido(s) na área de prestação do serviço não poderão ser desapropriados, mesmo que haja autorização legislativa.

**5. Acerca dos serviços considerados como serviços públicos *uti singuli*, assinale a afirmativa correta.**

(A) Serviços em que não é possível identificar os usuários e, da mesma forma, não é possível a identificação da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

(B) Serviços singulares e essenciais prestados pela Administração Pública direta e indireta.

(C) Serviços em que é possível a identificação do usuário e da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

(D) Serviços que somente são prestados pela Administração Pública direta do Estado.

**6. Um servidor público foi acusado de corrupção passiva e peculato. Respondeu a processo criminal e foi absolvido por ausência de provas. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.**

(A) A Administração Pública, no caso, permanece livre para punir o funcionário, desde que verifique haver desvios na conduta funcional do servidor.

(B) A decisão de absolvição do servidor sempre vincula a Administração Pública, que não poderá punir o seu funcionário.

(C) A autotutela administrativa permite desconsiderar decisões judiciais contrárias à lei ou às provas dos autos, sendo possível a aplicação de sanções administrativas com cópias extraídas do processo criminal.

(D) As decisões da justiça, que punem o servidor por qualquer crime, vinculam o Poder Público, embora as decisões de absolvição nunca impeçam o poder punitivo da Administração.

**7. Uma concessionária de serviço público, em virtude de sua completa inadequação na prestação do serviço, não consegue executar o contrato. Nesse caso, segundo a Lei n. 8.987/95, poderá ser declarada, a critério do poder concedente, a extinção do contrato por:**

(A) caducidade.

(B) encampação.

(C) anulação.

(D) revogação.

**8. A respeito da responsabilidade administrativa federal por danos ambientais, regulamentada pelo Decreto n. 6.514/08 e alterado pelo Decreto 6.686/08, assinale a afirmativa correta.**

(A) A demolição de obra só poderá ser aplicada em edificações não residenciais e sua execução deverá ocorrer às custas do infrator.

(B) A demolição de obra é medida excepcional e só poderá ser aplicada em situações de flagrante ilegalidade e em edificações com menos de dez anos.

(C) A demolição de obra, em respeito ao direito fundamental à moradia, só poderá ser aplicada em construções residenciais erguidas em unidades de conservação e outros espaços ambientalmente protegidos e as custas para a sua realização correrão por conta do infrator.

(D) A demolição de obra ou construção com fins residenciais ou comerciais, em razão do princípio da defesa do meio ambiente, dar-se-á nos casos em que a ausência da demolição importa em iminente risco de agravamento do dano ambiental e as custas para sua realização correrão por conta do infrator.

**9. A desapropriação é um procedimento administrativo que possui duas fases: a primeira, denominada declaratória e a segunda, denominada executória. Quanto à fase declaratória, assinale a afirmativa correta.**

(A) Acarreta a aquisição da propriedade pela Administração, gerando o dever de justa indenização ao expropriado.

(B) Importa no início do prazo para a ocorrência da caducidade do ato declaratório e gera, para a Administração, o direito de penetrar no bem objeto da desapropriação.

(C) Implica a geração de efeitos, com o titular mantendo o direito de propriedade plena, não tendo a Administração direitos ou deveres.

(D) Gera o direito à imissão provisória na posse e o impedimento à desistência da desapropriação.

**10. A fim de permitir o escoamento da produção até uma refinaria, uma empresa pública federal, que explora a prospecção de petróleo em um campo terrestre, inicia a construção de um oleoduto. O único caminho possível para essa construção atravessa a propriedade rural de Josenildo que, em razão do oleoduto, teve que diminuir o espaço de plantio de mamão e, com isso, viu sua renda mensal cair pela metade. Assinale a afirmativa que indica a instrução correta que um advogado deve passar a Josenildo.**

(A) Não há óbice à constituição da servidão administrativa no caso, mas cabe indenização pelos danos decorrentes dessa forma de intervenção na propriedade.

(B) A servidão administrativa é ilegal e Josenildo pode desconstituí-la, pois o instituto só tem aplicação em relação aos bens públicos.

(C) A servidão administrativa é ilegal, pois o nosso ordenamento veda a intervenção do Estado sobre propriedades produtivas.

(D) Não há óbice à constituição da servidão administrativa e não há de se falar em qualquer indenização.

**Constitucional**

**11. A Ação Popular, como instrumento de proteção dos direitos difusos, é regulada pelo art. 5º, LXXIII da CRFB/88 e também pela Lei 4717/65. Com base no exposto, assinale a opção correta.**

(A) A ação não pode ser proposta por analfabetos, nem pelos inalistáveis.

(B) O prazo para ajuizamento da ação na modalidade repressiva é de 5 (cinco) anos.

(C) Ação popular proposta em face de ato do Presidente da República deve ser endereçada ao STF.

(D) Não se admite controle de constitucionalidade em sede de Ação popular.

**12. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), regulada pela Lei nº 9.868/99, tem por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual que viole a Constituição. Com base no legalmente disposto sobre a ADI, assinale a opção correta.**

(A) A decisão de indeferimento liminar da petição inicial é irrecorrível.

(B) Lei distrital de natureza municipal não pode ser objeto de ADI.

(C) A decisão proferida em ADI produzirá sempre efeitos erga omnes e *ex tunc*.

(D) O Advogado Geral da União pode propor ADI perante o STF.

**13. A Constituição de 1988 proíbe qualquer discriminação, por lei, entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos previstos pelo próprio texto constitucional. Nesse sentido, é correto afirmar que somente brasileiro nato pode exercer cargo de:**

(A) Desembargador do Tribunal de Justiça.

(B) Ministro da Cultura.

(C) Deputado Federal.

(D) Oficial das Forças Armadas.

**14. O Governador do Estado Y pretende regular questões associadas à telefonia fixa e à energia elétrica, apresentando, nesse sentido, projeto de lei à Assembleia Legislativa. Em termos de competência legislativa, esse tema é, nos termos da Constituição Federal,**

(A) dos Estados

(B) do Distrito Federal.

(C) da União.

(D) dos Municípios.

**15. Sobre a Organização dos Poderes, analise as afirmativas a seguir e indique a assertiva correta.**

(A) Nos municípios com menos de 200.000 (duzentos mil) eleitores, as eleições serão regidas pelo sistema eleitoral de maioria simples ou comum.

(B) O sistema eleitoral responsável pela eleição dos Senadores é o proporcional.

(C) Governadores só podem ser presos em razão de sentença condenatória criminal transitada em julgado;

(D) As imunidades e prerrogativas se estendem aos suplentes de parlamentares.

**16. Sobre as comissões parlamentares de inquérito, assinale a alternativa correta:**

(A) É possível a criação de CPIs no âmbito estadual e distrital, mas vedada a criação em âmbito municipal.

(B) As comissões parlamentares de inquérito não podem requisitar aos órgãos públicos documentos e informações necessárias à investigação.

(C) Os magistrados podem ser convocados para falar em sede de CPI, desde que para tratar de questões administrativas e não jurisdicionais, sob pena de ofensa ao princípio da separação de Poderes.

(D) A imunidade material dos parlamentares ficará suspensa quando convocados para prestarem depoimento em sede de CPI.

**17. As ações do controle concentrado de constitucionalidade inauguram o que a doutrina denomina de “processo objetivo”. Sobre as características desse processo, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Não é possível desistir do pedido, já que a proteção da Constituição Federal é matéria de ordem pública.

(B) Não se admite a intervenção de terceiros.

(C) A decisão final é irrecorrível, sendo cabível, entretanto, a oposição de embargos de declaração.

(D) Não é admissível a formação de litisconsórcio no polo ativo da demanda.

**18. Em relação às súmulas vinculantes, é correto afirmar:**

(A) O ato administrativo que contrariar o conteúdo de súmula vinculante poderá ser anulado mediante reclamação ao Superior Tribunal de Justiça.

(B) Contra uma sentença que deixa de aplicar uma súmula vinculante cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade ao STF.

(C) A revisão de súmula não poderá ser provocada pelo Procurador-Geral da República.

(D) A partir de sua publicação na Imprensa Oficial, terá efeitos vinculantes, exceto no que tange à atividade legiferante do Estado.

**19. Sobre o mandado de injunção, assinale a alternativa correta:**

(A) Não permite a forma coletiva, em razão da ausência de previsão constitucional expressa.

(B) O mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

(C) A atual jurisprudência do STF adota a posição não concretista em defesa apenas do reconhecimento formal da inércia do poder público para materializar a norma constitucional.

(D) É de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal o julgamento do Mandado de Injunção.

**20. Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta considerando o disposto na Constituição Federal:**

(A) Os cargos de Presidente das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) são privativos de brasileiros natos.

(B) É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

(C) Considera-se brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade casado com brasileiro nato por mais de cinco anos.

(D) É considerado brasileiro nato todo aquele que nasce em território nacional, inclusive sendo filho de estrangeiros, em qualquer hipótese.

**Deontologia**

**21. Júlio e Lauro constituíram o mesmo advogado para, juntos, ajuizarem ação de interesse comum. No curso do processo, sobrevieram conflitos de interesse entre os constituintes, tendo Júlio deixado de concordar com Lauro com relação aos pedidos. Nessa situação hipotética, deve o advogado:**

(A) optar, com prudência e discernimento, por um dos mandatos, e renunciar ao outro, resguardando o sigilo profissional.

(B) manter com os constituintes contratos de prestação de serviços jurídicos no interesse da causa, resguardando o sigilo profissional.

(C) assumir, com a cautela que lhe é peculiar, o patrocínio de ambos, em ações individuais.

(D) designar, com prudência e cautela, por substabelecimento com reservas, um advogado de sua confiança.

**22. Mário, advogado regularmente inscrito na OAB, foi condenado pela prática de crime hediondo e, após a sentença penal transitada em julgado, respondeu a processo disciplinar, tendo sofrido, como consequência, penalidade de exclusão da Ordem. Considerando a situação hipotética apresentada e o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.**

(A) Ainda que se reabilite criminalmente, Mário não poderá mais se inscrever na OAB, visto que não preenche o requisito de idoneidade moral.

(B) Serão considerados válidos os atos privativos de advogado praticados por Mário após a exclusão, dado o impedimento do exercício do mandato em razão da sanção disciplinar aplicada.

(C) A penalidade de exclusão somente poderia ter sido aplicada caso Mário tivesse recebido três suspensões.

(D) As infrações disciplinares prescrevem, em regra, em 5 anos a contar da constatação oficial do fato pela OAB. Entretanto, caso o processo fique paralisado por mais de 3 anos, aguardando despacho ou julgamento ocorre a prescrição intercorrente.

**23. De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, tem efeito suspensivo recurso contra:**

(A) decisão não unânime proferida por conselho seccional.

(B) decisão que trate de eleições de membros dos órgãos da OAB.

(C) suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina.

(D) cancelamento da inscrição obtida com falsa prova.

**24. Assinale a opção correta de acordo com as disposições do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.**

(A) O compromisso que o requerente à inscrição nos quadros da OAB deve fazer perante o conselho seccional, a diretoria ou o conselho da subseção é indelegável, haja vista sua natureza solene e personalíssima.

(B) Toda vez que figurar como indiciado em inquérito policial, por qualquer espécie de infração, o advogado deve ser assistido por um representante da OAB, sem prejuízo da atuação de seu defensor.

(C) É vedado ao requerente pleitear inscrição nos quadros da OAB sem ter, regularmente registrado, diploma de bacharel em direito, não suprindo sua falta nenhum outro documento.

(D) O estagiário inscrito na OAB pode praticar, isoladamente, todos os atos próprios de advogado, desde que sua inscrição esteja regular.

**25. Acerca das infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.**

(A) Considere que uma advogada inscrita na OAB receba, adiantadamente, honorários contratuais de seu cliente, mas não preste o serviço jurídico contratado. Nessa situação hipotética, a advogada tem direito à quantia recebida, visto que sua conduta não configura locupletamento à custa do cliente.

(B) Cometerá infração disciplinar o advogado que receber dinheiro de cliente para pagar parcelas de financiamento e proceder, sem autorização, à compensação com honorários que ele alegue devidos.

(C) Considere que um advogado, após ser notificado pelo juiz para devolver os autos, que os retenha além do prazo, não atenda ao mandado, tampouco ao de busca e apreensão. Nessa situação hipotética, embora não incida em nenhuma infração disciplinar perante a OAB, deverá o advogado arcar com o ônus processual de sua conduta.

(D) O advogado que esteja em débito com plurais contribuições e multas perante a OAB e que, mesmo regularmente intimado, mantenha-se inadimplente, deverá responder por infração disciplinar e pelo crime de charlatanismo.

**26. Assinale a opção correta acerca da situação do advogado como empregado, de acordo com as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB.**

(A) O advogado empregado não está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal, fora da relação de emprego.

(B) Nas causas em que for parte empregadora de direito privado, os honorários de sucumbência serão devidos a ele, empregador, e não, aos advogados empregados.

(C) Considera-se jornada de trabalho o período em que o advogado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens no âmbito do escritório, não sendo consideradas as horas trabalhadas em atividades externas.

(D) A relação de emprego, no que se refere ao advogado, não retira a isenção técnica inerente à advocacia, mas reduz a independência profissional, visto que o advogado deve atuar de acordo com as orientações de seus superiores hierárquicos.

**27. Referentemente à cobrança de honorários advocatícios, assinale a opção correta.**

(A) A ação de cobrança de honorários prescreve em cinco anos, sendo o prazo contado, necessariamente, a partir do vencimento do contrato, cuja juntada é imprescindível.

(B) O prazo prescricional da ação de cobrança de honorários depende do tipo de trabalho profissional contratado e é contado a partir do trânsito em julgado da decisão que os fixar.

(C) O advogado substabelecido com reserva de poderes pode cobrar honorários proporcionais ao trabalho realizado, sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

(D) A decisão judicial que arbitrar honorários e o contrato escrito que o estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência e na liquidação extrajudicial, entre outras situações.

**28. Prescinde-se de constituição de advogado regularmente inscrito na OAB para o ajuizamento de ação na 1.ª instância da justiça do trabalho, ação no valor de até vinte salários mínimos no juizado especial cível,**

(A) e habeas corpus.

(B) habeas corpus e ação popular.

(C) habeas corpus e mandado de segurança.

(D) e mandado de segurança.

**29. Em obediência ao que dispõe o Estatuto da Advocacia e da OAB, o advogado que, por motivos pessoais, não mais deseje continuar patrocinando determinada causa deve:**

(A) renunciar ao mandato e continuar representando seu cliente por trinta dias, salvo se este constituir novo advogado antes do término do prazo.

(B) fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar o fato ao cliente.

(C) comunicar ao cliente a renúncia ao mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, caso outro advogado não se habilite antes.

(D) comunicar ao cliente a desistência do mandato e indicar outro advogado para a causa, o qual deve ser, obrigatoriamente, contratado pelo cliente.

**30. Ao conselho da subseção compete:**

(A) representar a OAB no Conselho de Segurança do MERCOSUL.

(B) fiscalizar as funções e atribuições do conselho seccional.

(C) instaurar e instruir processos disciplinares, para julgamento pelo Conselho Federal.

(D) receber pedido de inscrição nos quadros de advogado e estagiário, instruindo e emitindo parecer prévio, para decisão do conselho seccional.

**Direito e Processo Penal**

**31. JOSÉ, primário de bons antecedentes, foi preso em flagrante delito no dia 20/05/2011, um dia após completar 18 anos, por porte de arma de uso proibido. Mantida a sua custódia cautelar, JOSÉ foi devidamente processado e condenado a uma pena de 03 anos de reclusão em regime fechado. Após o cumprimento de mais de 1/6 de sua pena, JOSÉ progrediu para o regime semiaberto, obtendo autorização de saída para visita à família no dia 20/06/2012. Ocorre que JOSÉ não retornou à unidade prisional, às 22h do dia 20/06/2012, como determinava a decisão judicial, sendo preso somente no dia do 23/06/2014, durante o jogo do Brasil. Diante da situação narrada, é possível afirmar:**

(A) Tendo em vista que a fuga caracteriza falta disciplinar de natureza grave, JOSÉ teve interrompido o prazo para obtenção do livramento condicional, necessitando recomeçar a contagem a partir da última falta grave.

(B) Tendo em vista que a fuga caracteriza falta disciplinar de natureza grave, JOSÉ sofrerá regressão para o regime fechado, sendo vedada a concessão de nova progressão para o regime semiaberto.

(C) Tendo em vista a fuga praticada, JOSÉ somente poderá obter nova progressão após cumprida mais de metade da pena.

(D) Tendo em vista o período em que ficou foragido, deve ser declarada extinta a punibilidade de JOSÉ pela ocorrência da prescrição da pretensão executória, com a expedição de alvará de soltura.

**32. Assinale a opção INCORRETA:**

(A) Não é possível a caracterização do instituto da desistência voluntária nos chamados crimes de mera conduta.

(B) A tentativa perfeita (crime falho) ocorre quando o agente esgota todos os meios que tinha a seu alcance para consumar o delito, não atingindo a consumação por circunstancias alheias a sua vontade.

(C) É crime impossível o agente que crê estar praticando um delito, quando na verdade realiza um comportamento atípico, indiferente sob o ponto de vista penal.

(D) Ocorre o arrependimento eficaz quando o agente, após a prática de todos os atos de execução do crime, evita a consumação inicialmente pretendida.

**33. De acordo com o Código Penal, julgue os itens abaixo:**

**I) No concurso material, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição por pena restritiva de direitos.**

**II) No crime continuado, utiliza-se a regra da exasperação, aplicando a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, aumentada de um sexto até metade.**

**III) Na hipótese de concurso formal próprio, a pena não poderá exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.**

**IV) Na hipótese de crime continuado com crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o juiz, considerando as circunstâncias judiciais, pode aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o dobro, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 do Código Penal.**

**V) Não é possível o concurso formal impróprio entre crimes culposos.**

(A) Os itens I, II e IV estão certos.

(B) Os itens II, III e IV estão errados.

(C) Os itens I, III e V estão certos.

(D) Os itens II, IV e V estão errados.

**34. Conforme a jurisprudência consolidada nos Tribunais Superiores, assinale a opção CORRETA:**

(A) A causa de diminuição prevista no §4º do art. 33 da Lei 11.343/06, denominado de “trafico privilegiado”, pode ser aplicada retroativamente aos delitos praticados na vigência da Lei 6.368/76.

(B) É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da circunstância atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

(C) A aplicação da circunstância agravante genérica da reincidência configura *bis in idem,* sendo considerada inconstitucional por violar os princípios da proporcionalidade e individualização da pena.

(D) O regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos e equiparados, tendo em vista a inconstitucionalidade do regime integralmente fechado, deverá ser inicialmente fechado.

**35. Segundo a teoria do erro jurídico-penal adotada pelo Código Penal, assinale a opção CORRETA:**

(A) O erro quanto à ilicitude do fato, sendo inescusável, afasta a culpabilidade pela ausência da potencial consciência da ilicitude. Contudo, se o erro de proibição for escusável, apenas diminui-se a pena de um sexto até metade.

(B) O erro de tipo essencial é o erro sobre as circunstancias acessórias ao tipo ou sobre a execução do injusto, o que não afasta a existência do crime.

(C) O erro quanto à existência de uma causa de justificação, é considerado pelo Código Penal como descriminante putativa.

(D) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

**36. Quando se tratar de acusação relativa à prática de infração penal de menor potencial ofensivo, cometida por Amanda, a competência jurisdicional será determinada pelo (a):**

(A) natureza da infração praticada e pelo local em que tiver se consumado o delito.

(B) local em que tiver se consumado o delito.

(C) natureza da infração praticada.

(D) natureza da infração praticada e pela prevenção.

**37. Aristóteles, juiz de uma vara criminal da justiça comum, profere sentença em processo-crime cuja competência era da justiça eleitoral.**

**Com base em tal afirmativa, pode-se dizer que a não observância de Aristóteles à matriz legal gerará a:**

(A) inexistência do ato.

(B) nulidade relativa do ato.

(C) nulidade absoluta do ato.

(D) irregularidade do ato.

**38. A respeito da prova no processo penal, assinale a alternativa correta.**

(A) A prova objetiva demonstra a existência/inexistência de um determinado fato ou a veracidade/falsidade de uma determinada alegação. Todos os fatos, em sede de processo penal, devem ser provados.

(B) São consideradas provas ilícitas aquelas obtidas com a violação do direito processual. Por outro lado, são consideradas provas ilegítimas as obtidas com a violação das regras de direito material.

(C) As leis em geral e os costumes não precisam ser comprovados.

(D) A lei processual pátria prevê expressamente a inadmissibilidade da prova ilícita por derivação, perfilhando-se à “teoria dos frutos da árvore envenenada” (“*fruits of poisonous tree*”).

**39. Da sentença que absolver sumariamente o réu caberá (ão):**

(A) recurso em sentido estrito.

(B) embargos.

(C) revisão criminal.

(D) apelação.

**40. Trácio foi denunciado pela prática do delito descrito no artigo 333 do Código Penal. A peça inaugural foi recebida pelo Juiz Titular da Vara Única da Comarca X, que presidiu a Audiência de Instrução e Julgamento. Encerrada a instrução do feito, o processo foi concluso ao juiz substituto, que proferiu sentença condenatória, tendo em vista que o juiz titular havia sido promovido e estava, nesse momento, na 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital. De acordo com a Lei Processual Penal, assinale a alternativa correta.**

(A) A sentença é nula, porque foi prolatada por juiz que não presidiu a instrução do feito, em desacordo com o princípio da identidade física do juiz.

(B) A sentença é nula, porque ao juiz substituto é vedada a prolação de decisão definitiva ou terminativa.

(C) Não há nulidade na sentença, porque não se faz exigível a identidade física do juiz diante das peculiaridades narradas no enunciado.

(D) A sentença é nula, porque viola o princípio do juiz natural.

**Empresarial**

**41. A assembleia geral de credores da sociedade falida “Concessionária de Veículos Pereiro Ltda.” aprovou, com o voto favorável de credores que representam 3/4 (três quartos) dos créditos presentes à assembleia, a constituição de sociedade formada pelos empregados do próprio devedor.**

**Sobre esta modalidade de realização do ativo, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Os empregados que vierem a integrar a futura sociedade poderão utilizar créditos derivados da legislação do trabalho para a aquisição da empresa.

(B) A constituição da sociedade formada pelos empregados do devedor depende da apresentação, pela massa falida, das certidões negativas de débitos tributários.

(C) Os bens objeto de alienação estarão livres de quaisquer ônus e não haverá sucessão da sociedade formada pelos empregados nas obrigações do devedor.

(D) A constituição de sociedade dos empregados do próprio devedor pode contar com a participação, se necessária, dos atuais sócios da falida ou de terceiros.

**42. Sobre o desenho industrial e seu registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), assinale a afirmativa correta.**

(A) É registrável como desenho industrial qualquer obra ornamental de caráter puramente artístico, ou o conjunto ornamental de linhas e cores que pode ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa.

(B) O registro de desenho industrial vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos contados da data do depósito, prorrogável por até 2 (dois) períodos sucessivos de 10 (anos) anos cada, desde que seja requerida a prorrogação durante o último ano de vigência do registro.

(C) A ação de nulidade de registro de desenho industrial será ajuizada no foro da Justiça Estadual do domicílio do titular do registro, devendo o INPI ser notificado da propositura da ação para avaliar se tem interesse ou não em intervir no feito, quando não for autor.

(D) O pedido de registro que não atender às condições estabelecidas pelo INPI, mas contiver dados suficientes relativos ao depositante, ao desenho industrial e ao autor, poderá ser recebido, desde que sejam cumpridas, em 5 (cinco) dias, as exigências do INPI.

**43. Ananias Targino consulta sua advogada para saber as providências que deve tomar para publicizar o trespasse do estabelecimento da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) por ele constituída e enquadrada como microempresa, cuja firma é Ananias Targino EIRELI ME.**

**A advogada corretamente respondeu que:**

(A) é dispensável qualquer publicização ou arquivamento do contrato de trespasse do estabelecimento por ser a EIRELI enquadrada como microempresa.

(B) é dispensável o arquivamento do contrato de trespasse no Registro Público de Empresas Mercantis, mas ele deverá ser publicado na imprensa oficial.

(C) é dispensável o arquivamento do contrato de trespasse no Registro Público de Empresas Mercantis, mas ele deverá ser publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação.

(D) é dispensável a publicação do contrato de trespasse na imprensa oficial, mas ele deverá ser arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis.

**44. Glória vendeu um automóvel a prazo para Valente. O pagamento foi realizado em quatro notas promissórias, com vencimentos em 30, 60, 90 e 120 dias da data de emissão. Os títulos foram endossados em branco para Paulo Afonso, mas foram extraviados antes dos respectivos vencimentos.**

**Sobre a responsabilidade do emitente e do endossante das notas promissórias, assinale a afirmativa correta.**

(A) Apenas o emitente responde pelo pagamento dos títulos porque o endossante não é coobrigado, salvo cláusula em contrário inserida na nota promissória.

(B) A responsabilidade do emitente e do endossante perante o portador subsiste ainda que os títulos tenham sido perdidos ou extraviados involuntariamente.

(C) O endossante e o emitente não respondem perante o portador pelo pagamento das notas promissórias em razão do desapossamento involuntário.

(D) O emitente e o endossante não respondem pelo pagamento dos títulos porque só é permitido ao vendedor sacar duplicata em uma compra e venda.

**45. Em relação à modificação do capital social das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.**

(A) Há direito de preferência do sócio no caso de aumento do capital social, exercendo, primeiro, esse direito o sócio majoritário, que poderá adquirir todas as quotas ou quantas lhe interessarem. Após exercido esse direito, caso restem quotas a serem adquiridas, terá preferência sobre os demais quem tiver maior número de quotas, e assim sucessivamente.

(B) Para que haja aumento do capital social, não há necessidade de os sócios terem integralizado totalmente suas quotas.

(C) Uma das hipóteses para que haja diminuição do capital social é que a sociedade tenha tido prejuízos que não serão mais recuperados, devendo-se, nesse caso, haver diminuição proporcional do valor das quotas, tornando-se efetiva essa diminuição a partir do momento em que for feita a averbação no cartório competente da ata da assembleia que a aprovou.

(D) A diminuição do valor do capital social é direito da sociedade, não podendo haver objeção por parte dos credores.

**Direito e Processo Civil**

**46. Pedro, menor impúbere, e sem o consentimento de seu representante legal, celebrou contrato de mútuo com Marcos, tendo este lhe entregue a quantia de R$400,00, a fim de que pudesse comprar uma bicicleta. A respeito desse caso, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) O mútuo poderá ser reavido somente se o representante legal de Pedro ratificar o contrato.

(B) Se o contrato tivesse por fim suprir despesas com a própria manutenção, o mútuo poderia ser reavido, ainda que ausente ao ato o representante legal de Pedro.

(C) Se Pedro tiver bens obtidos com o seu trabalho, o mútuo poderá ser reavido, ainda que contraído sem o consentimento do seu representante legal.

(D) O mútuo também poderia ser reavido caso Pedro tivesse obtido o empréstimo maliciosamente.

**47. A transmissibilidade de obrigações pode ser realizada por meio do ato denominado cessão, por meio da qual o credor transfere seus direitos na relação obrigacional a outrem, fazendo surgir as figuras jurídicas do cedente e do cessionário. Constituída essa nova relação obrigacional, é correto afirmar que:**

(A) os acessórios da obrigação principal são abrangidos na cessão de crédito, salvo disposição em contrário.

(B) o cedente responde pela solvência do devedor, não se admitindo disposição em contrário.

(C) a transmissão de um crédito que não tenha sido celebrada única e exclusivamente por instrumento público é ineficaz em relação a terceiros.

(D) o devedor não pode opor ao cessionário as exceções que tinha contra o cedente no momento em que veio a ter conhecimento da cessão.

**48. Lúcia, pessoa doente, idosa, com baixo grau de escolaridade, foi obrigada a celebrar contrato particular de assunção de dívida com o Banco FDC S.A., reconhecendo e confessando dívidas firmadas pelo seu marido, esse já falecido, e que não deixara bens ou patrimônio a inventariar. O gerente do banco ameaçou Lúcia de não efetuar o pagamento da pensão deixada pelo seu falecido marido, caso não fosse assinado o contrato de assunção de dívida.**

**Considerando a hipótese acima e as regras de Direito Civil, assinale a afirmativa correta.**

(A) O contrato particular de assunção de dívida assinado por Lúcia é anulável por erro substancial, pois Lúcia manifestou sua vontade de forma distorcida da realidade, por entendimento equivocado do negócio praticado.

(B) O ato negocial celebrado entre Lúcia e o Banco FDC S.A. é anulável por vício de consentimento, em razão de conduta dolosa praticada pelo banco, que ardilosamente falseou a realidade e forjou uma situação inexistente, induzindo Lúcia à prática do ato.

(C) O instrumento particular firmado entre Lúcia e o Banco FDC S.A. pode ser anulado sob fundamento de lesão, uma vez que Lúcia assumiu obrigação excessiva sobre premente necessidade.

(D) O negócio jurídico celebrado entre Lúcia e o Banco FDC S.A. é anulável pelo vício da coação, uma vez que a ameaça praticada pelo banco foi iminente e atual, grave, séria e determinante para a celebração da avença.

**49. Felipe, atrasado para um compromisso profissional, guia seu veículo particular de passeio acima da velocidade permitida e, falando ao celular, desatento, não observa a sinalização de trânsito para redução da velocidade em razão da proximidade da creche Arca de Noé. Pedro, divorciado, pai de Júlia e Bruno, com cinco e sete anos de idade respectivamente, alunos da creche, atravessava a faixa de pedestres para buscar os filhos, quando é atropelado pelo carro de Felipe. Pedro fica gravemente ferido e vem a falecer, em decorrência das lesões, um mês depois. Maria, mãe de Júlia e Bruno, agora privados do sustento antes pago pelo genitor falecido, ajuíza demanda reparatória em face de Felipe, que está sendo processado no âmbito criminal por homicídio culposo no trânsito.**

**Com base no caso em questão, assinale a opção correta.**

(A) Felipe indenizará as despesas comprovadamente gastas com o mês de internação para tratamento de Pedro, alimentos indenizatórios a Júlia e Bruno tendo em conta a duração provável da vida do genitor, sem excluir outras reparações, a exemplo das despesas com sepultamento e luto da família.

(B) Felipe deverá indenizar as despesas efetuadas com a tentativa de restabelecimento da saúde de Pedro, sendo incabível a pretensão de alimentos para seus filhos, diante de ausência de previsão legal.

(C) Felipe fora absolvido por falta de provas do delito de trânsito na esfera criminal e, como a responsabilidade civil e a criminal não são independentes, essa sentença fará coisa julgada no cível, inviabilizando a pretensão reparatória proposta por Maria.

(D) Felipe, como a legislação civil prevê em caso de homicídio, deve arcar com as despesas do tratamento da vítima, seu funeral, luto da família, bem como dos alimentos aos dependentes enquanto viverem, excluindo-se quaisquer outras reparações.

**50. Ary celebrou contrato de compra e venda de imóvel com Laurindo e, mesmo sem a devida declaração negativa de débitos condominiais, conseguiu registrar o bem em seu nome. Ocorre que, no mês seguinte à sua mudança, Ary foi surpreendido com a cobrança de três meses de cotas condominiais em atraso. Inconformado com a situação, Ary tentou, sem sucesso, entrar em contato com o vendedor, para que este arcasse com os mencionados valores. De acordo com as regras concernentes ao direito obrigacional, assinale a opção correta.**

(A) Perante o condomínio, Laurindo deverá arcar com o pagamento das cotas em atraso, pois cabe ao vendedor solver todos os débitos que gravem o imóvel até o momento da tradição, entregando-o livre e desembargado.

(B) Perante o condomínio, Ary deverá arcar com o pagamento das cotas em atraso, pois se trata de obrigação subsidiária, já que o vendedor não foi encontrado, cabendo ação *in rem verso*, quando este for localizado.

(C) Perante o condomínio, Laurindo deverá arcar com o pagamento das cotas em atraso, pois se trata de obrigação com eficácia real, uma vez que Ary ainda não possui direito real sobre a coisa.

(D) Perante o condomínio, Ary deverá arcar com o pagamento das cotas em atraso, pois se trata de obrigação *propter rem*, entendida como aquela que está a cargo daquele que possui o direito real sobre a coisa e, comprovadamente, imitido na posse do imóvel adquirido.

**51. A respeito da relação entre a reconvenção e a ação na qual ela foi oferecida, assinale a afirmativa correta.**

(A) São ações autônomas e, por isso, a reconvenção não tem o seu prosseguimento obstado pela desistência da ação primitiva.

(B) Em caso de extinção da demanda primitiva, sem resolução do mérito, a reconvenção não pode prosseguir, em razão da sua subordinação perante aquela.

(C) A reconvenção, por seu caráter acessório, não deve ser conhecida, no caso de desistência da ação primitiva, mas terá prosseguimento nos outros casos de extinção sem resolução de mérito.

(D) Em razão da prejudicialidade existente entre elas, a ação primitiva deve ser julgada em momento anterior à reconvenção.

**52. A respeito do recurso, um dos meios de impugnação das decisões judiciais, assinale a afirmativa correta.**

(A) O prazo será restituído em favor da parte, contra quem começará a correr novamente depois da intimação se, durante o prazo para interposição do recurso, falecer seu advogado e não houver outro advogado constituído nos autos.

(B) A decisão judicial que dispõe sobre os embargos à execução poderá ser impugnada por meio do recurso de agravo de instrumento.

(C) A desistência do recurso depende da anuência do recorrido e representa a extinção do processo.

(D) Os embargos de declaração interpostos em face de decisão judicial proferida em sede de Juizado Especial interrompem o prazo para o recurso.

**53. A ação civil pública, nos moldes da Lei n. 7.347/85, é importante instrumento na promoção da tutela coletiva de direitos. Com efeito, a referida ação é capaz de gerar a tutela célere de direitos transindividuais obedecendo, dentre outros princípios, aos ideais de duração razoável do processo e de efetividade. Na apuração dos fatos e na colheita de elementos capazes de indicar a eventual conveniência da propositura de uma ação civil pública, ganha destaque a figura do inquérito civil no curso do qual, inclusive, pode ser assinado o termo de ajustamento de conduta.**

**Com relação ao inquérito civil, assinale a afirmativa correta.**

(A) É procedimento investigatório de caráter administrativo que obrigatoriamente tem que ser instaurado, a fim de fornecer o suporte probatório que lastreará a propositura da ação civil pública, a ser ajuizada imediatamente após a conclusão do inquérito civil.

(B) É procedimento investigatório de caráter administrativo que pode ser instaurado por qualquer dos colegitimados para a propositura da ação civil pública, sempre que julgarem ser preciso promover a melhor apuração dos fatos para, só então, propor a ação civil pública cabível.

(C) É procedimento investigatório de caráter administrativo que só pode ser instaurado pelo Ministério Público, que o fará sempre que considerar conveniente promover a melhor apuração dos fatos e colher maiores elementos de convicção para, só então e se concluir pertinente, propor a ação civil pública.

(D) É procedimento investigatório de caráter jurisdicional que pode ser instaurado por qualquer dos colegitimados para a propositura da ação civil pública, sempre que julgarem ser preciso promover a melhor apuração dos fatos e, no curso do qual, pode ser firmado compromisso de ajustamento de conduta.

**54. O sistema de execução de decisões modernamente utilizado está muito atrelado à ideia de sincretismo processual. Por essa sistemática, em regra, tornou-se a execução um prolongamento do processo de conhecimento. Passou-se a ter um processo misto que não é mais nem puramente cognitivo nem puramente executivo. O novo sistema permitiu que a obtenção da tutela jurisdicional plena fosse mais rapidamente alcançada. Entretanto, em hipóteses específicas, ainda tem cabimento o processo de execução autônomo.**

**Assinale a alternativa que contém título executivo judicial a ensejar a execução sincrética.**

(A) A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

(B) O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.

(C) A sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia.

(D) O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.

**55. A ação de consignação em pagamento, procedimento especial de jurisdição contenciosa, é o meio pelo qual o devedor ou terceiro poderá requerer a consignação da quantia ou da coisa devida com efeito de pagamento.**

**A respeito da resposta do réu na referida ação, assinale a afirmativa correta.**

(A) Por ser o réu o credor, ainda que não ofereça contestação, não estará sujeito aos efeitos da revelia, caso em que haverá procedência do pedido e extinção da obrigação, devendo arcar com as custas e os honorários de sucumbência.

(B) Alegado em contestação que o depósito não é integral, o autor poderá completá-lo, salvo se o inadimplemento acarretou a rescisão contratual, mas o réu ficará impedido de levantar o valor ou coisa depositada até que a sentença conclua acerca da parcela controvertida.

(C) Na contestação o réu poderá alegar que foi justa a recusa e que o depósito não é integral, e, na segunda hipótese, tal argumento somente será admissível se o réu indicar o montante que entende devido.

(D) Caso o objeto da prestação seja coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será citado para exercer o direito no prazo legal e, em vez de contestar, receber e dar quitação, a obrigação será extinta, sem condenação em custas e honorários.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Em relação à transferência do empregado,**

(A) mesmo sem anuência, os empregados contratados há menos de um ano podem ser transferidos pelo empregador.

(B) as despesas dela resultantes correrão por conta do empregador, salvo em caso de transferência de empregado que tem cláusula expressa de transferência prevista no contrato de trabalho.

(C) não é lícita em caso de extinção do estabelecimento em que o mesmo trabalhava, devendo o contrato de trabalho, nesse caso, ser rescindido.

(D) não se considera transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do domicílio do empregado.

**57. Considerando o entendimento adotado pelo TST em relação à jornada de 12 por 36, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, é correto afirmar que a mesma é:**

(A) válida se decorrente de previsão em lei e inválida se prevista em norma coletiva.

(B) sempre válida, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados.

(C) válida, em caráter excepcional, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados.

(D) sempre inválida, ainda que haja o pagamento da remuneração em dobro dos feriados trabalhados.

**58. Entre as afirmações abaixo, é entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, em relação às férias:**

(A) O empregado que se demite antes de completar doze meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.

(B) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da aquisição do direito.

(C) Os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados em dobro.

(D) As faltas ao serviço justificadas por lei não serão descontadas da remuneração das férias, mas serão descontadas para o cálculo do período de férias do empregado.

**59. Para fins do exercício do direito de greve, são considerados serviços ou atividades essenciais, EXCETO:**

(A) tratamento e abastecimento de água.

(B) serviço postal.

(C) controle de tráfego aéreo.

(D) produção e distribuição de gás.

**60. Segundo entendimento sumulado pelo TST, o *jus postulandi* das partes, estabelecido no artigo 791, da CLT, limita-se:**

(A) à realização das audiências trabalhistas, não alcançando a ação rescisória, as medidas cautelares, ação de consignação em pagamento e ação anulatória.

(B) às Varas do Trabalho, aos Tribunais Regionais do Trabalho e aos recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho, não alcançando a ação civil pública, a correição parcial e o habeas corpus.

(C) às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

(D) às Varas do Trabalho e aos recursos de competência do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, não alcançando os recursos extraordinários para o Supremo Tribunal Federal.

**61. Madalena apresentou reclamação trabalhista em face da Fundação São João dos Mares, objetivando o pagamento de horas extraordinárias, adicional de transferência e verbas rescisórias. Deu à causa o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Neste caso,**

(A) os trâmites de instrução e julgamento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, na íntegra, a decisão.

(B) a autora deverá manifestar-se imediatamente sobre os documentos apresentados pela parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade.

(C) poderão ser ouvidas apenas duas testemunhas para cada uma das partes, independentemente de intimação.

(D) a citação não poderá ser feita por edital, por se tratar de entidade fundacional.

**62. Solange propôs reclamação trabalhista em face da empresa Sólida Empreiteira Ltda., da qual são sócias Suzana e Soraia. Solange pretende levar três testemunhas para provar os pedidos formulados, Sabrina, Sabine e Sandra. Sabine é tia de Sabrina e possui uma reclamação trabalhista contra a empresa ré, Sandra é prima de Sabine e amiga íntima de Sabrina. Neste caso,**

(A) Sabine e Sandra poderão ser ouvidas como testemunhas e Sabrina poderá ser ouvida como informante.

(B) Sabrina, Sabine e Sandra poderão ser ouvidas como testemunhas.

(C) Sabrina, Sabine e Sandra não poderão ser ouvidas como testemunhas, apenas como informantes.

(D) apenas Sandra poderá ser ouvida como testemunha.

**63. Assinale a opção correta no que se refere ao horário de trabalho e aos seus adicionais.**

(A) As horas noturnas do empregado rural são computadas da mesma forma que aquelas devidas ao empregado urbano.

(B) Caso labore das 22h às 10h da manhã, o empregado terá direito ao pagamento das horas noturnas computadas até o final de seu expediente.

(C) A hora noturna do empregado rural inicia-se às vinte e duas horas.

(D) O empregado doméstico tem direito a remuneração pela hora noturna, que deve ser paga com adicional de 25%.

**64. Assinale a opção correta quanto às modalidades de dispensa do trabalhador e suas consequências.**

(A) O empregado que tenha sido admitido em 26/5/2000, dispensado sem justa causa em 3/9/2011 e apresentado reclamação trabalhista em 8/11/2012 terá assegurado o recebimento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

(B) O aviso prévio é indevido nas dispensas decorrentes de culpa recíproca.

(C) No caso de massa falida, restam aplicáveis as penalidades relativas às parcelas rescisórias incontroversas não pagas na primeira audiência, bem como a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias.

(D) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Se ocorrer a dispensa em tais casos, o empregado terá direito à reintegração.

**65. Assinale a opção correta a respeito da execução no processo do trabalho.**

(A) Os termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados perante o MP do Trabalho não constituem títulos executivos extrajudiciais.

(B) A CLT trata de forma completa a execução das decisões trabalhistas, não sendo necessária a utilização de lei ordinária para as execuções trabalhistas.

(C) Para ser admitido, o recurso de revista que aborda execução de sentença depende de demonstração inequívoca de violência direta a lei ordinária ou à CF.

(D) O título executivo extrajudicial ocorre sob a forma de processo autônomo de execução.

**Direito Tributário**

**66. Obedece ao princípio da anterioridade nonagesimal, mas não obedece ao princípio da anterioridade de exercício o imposto sobre:**

(A) produtos industrializados (IPI).

(B) Imposto de Renda (IR).

(C) importação (II).

(D) serviço de qualquer natureza (ISS).

**67. Marque a opção correta:**

**I - Tendo em vista situação de relevância e urgência, qual seja uma inundação causada por chuvas intensas, o Presidente da República edita medida provisória criando empréstimo compulsório na forma do art. 148, I da CRFB e cobra imediatamente dos contribuintes;**

**II – Majorada alíquota de IPI em 01 de março de 2007 ele somente poderá ser cobrado no exercício financeiro seguinte;**

**III – O IPVA não se submete a noventena quando for alterada sua alíquota.**

**Estão corretas:**

(A) Todas as assertivas

(B) Uma assertiva

(C) Duas assertivas

(D) Nenhuma assertiva

**68. Pelo princípio da legalidade, estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:**

(A) Um tributo não pode ser criado ou majorado senão em virtude de lei;

(B) medida provisória, preenchidos os requisitos constitucionais, pode criar ou majorar tributos;

(C) Decreto do poder executivo não pode criar ou alterar alíquotas de tributos em nenhuma hipótese;

(D) A instituição de um tributo por meio de Lei Complementar não viola o princípio da legalidade;

**69. Os lançamentos do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto sobre propriedade de veículo automotor terrestre (IPVA) são lançamentos:**

(A) por declaração ou misto, ambos.

(B) de ofício ou direto, ambos.

(C) por homologação e de ofício, respectivamente.

(D) por declaração e de ofício, respectivamente.

**70. Em 2005, Ismália não apresentou à Receita Federal a “declaração de isento”, exigida de todos aqueles inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), cuja renda anual não ultrapassa a faixa de isenção do Imposto de Renda. Supondo que o descumprimento de tal obrigação fosse apenada, pela lei federal, com multa no valor de R$ 150,00, é CORRETO afirmar que a União Federal:**

(A) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária acessória.

(B) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária principal.

(C) não poderia exigir o pagamento daquele valor de Ismália, mas apenas da fonte pagadora.

(D) estaria aplicando a chamada norma geral antielisão, cujo objetivo é desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |